



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 257, DE 2016. (do Poder Executivo)

Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e dá outras providências.

EMENDA DE PLENÁRIO

Dê-se ao inciso III, do § 1º, ao § 2º, ao § 3º do art. 48 e ao art. 69, da Lei Complementar nº 101, de 2000, constante do art. 14 do PLP nº 257, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 48.....

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

.....

III - adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo conselho de gestão fiscal de que trata o art. 67 e ao disposto no art. 48-A.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo conselho de gestão fiscal de que trata o art. 67, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda, nos termos e na periodicidade a serem definidos pelo conselho de gestão fiscal

de que trata o art. 67, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, de que trata o § 4º do art. 32

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O órgão central de contabilidade da União carece de legitimidade necessária para regulamentar as matérias versadas na redação proposta para o art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000. As competências referenciadas devem ser exercidas pelo conselho de gestão fiscal, “a ser constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade”, e a quem compete “o acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal” (redação do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 2000).

Sala das Sessões, em 30 de março de 2016.

Deputado Luiz Carlos Hauly
PSDB-PR